

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 109/2022

“Institui prazo para a Prefeitura proceder à reparação de danos ou defeitos em pavimentos de vias públicas, concede desconto no IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, e dá outras providências”

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:

Art. 1º - Fica instituído o prazo de 60 (sessenta) dias para a Prefeitura de São João da Boa Vista SP proceder à reparação de danos ou defeitos em pavimentos de vias públicas, denunciados por municípios.

Art. 2º - O dano ou defeito no pavimento pode ser de qualquer natureza, desde que represente perigo à circulação viária ou de pedestres.

Art. 3º - Qualquer pessoa poderá denunciar o dano ou defeito a ser reparado.

§ 1º - Caso o denunciante comprove ser proprietário ou morador a qualquer título de imóvel situado em frente ao trecho da via pública a ser consertada, poderá beneficiar-se do disposto no art. 4º desta Lei.

§ 2º - O serviço deve ser solicitado pelo município junto a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista SP nos canais de atendimento com geração de número de protocolo do atendimento.

§ 3º - O prazo de 60 (sessenta) dias para a execução e conclusão da obra de reparação da via pública começará a correr do dia seguinte ao protocolo da denúncia.

§ 4º - Somente um defeito no pavimento por matrícula do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, poderá ser denunciado pelo município, em cada exercício fiscal.

§ 5º - O pedido poderá ser informado com a foto do local, em formato próprio para ser enviado ao sítio da Prefeitura na rede mundial de computadores e ou em atendimento presencial no setor de protocolos.

Art. 4º - Findo o prazo dado pela Prefeitura sem a execução do reparo, o município terá direito ao desconto de 10% (dez por cento) no valor devido do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, bastando para isso à comunicação do fato às autoridades municipais competentes, acompanhada do protocolo do pedido de reparação.

COMISSÕES

Justiça
e Obras

Finanças

DATA, / /

§ 1º - O desconto de que trata o artigo anterior durará até a efetiva conclusão da obra de reparação, limitado o período máximo do desconto a um exercício fiscal.

§2º - Se o contribuinte solicitante do reparo já houver pago o IPTU do ano corrente e não tiver dívidas tributárias de exercícios anteriores, inscritas ou não em dívida ativa, passíveis de compensação com o desconto ora instituído, o desconto será lançado no valor do IPTU do exercício seguinte à denúncia do dano ou defeito, integralmente, pelo valor nominal corrigido pelo mesmo índice de correção aplicável a débitos de IPTU.

§ 3º - Se houver débito em nome do mesmo contribuinte já lançado em dívida ativa, o valor do desconto será considerado como compensação tributária.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 19 de dezembro 2022

**HELDREIZ MUNIZ
VEREADOR – REDE**

JUSTIFICATIVA

Buracos são problemas constantes nas ruas e avenidas brasileiras. Além de aumentar o risco de acidentes, eles podem atrapalhar o trânsito de carros e pedestres, trazendo prejuízos aos proprietários de veículos, colocando em risco a segurança. Nos dias de chuva a situação é ainda pior: o alagamento de alguns trechos esconde as deficiências das vias.

Os problemas causados nos veículos pelos buracos na malha viária são inúmeros, desde os chamados vícios repentinos no carro, à parte principal de freios e suspensão do veículo.

O número de pessoas socorridas na UPA da Prefeitura de São João da Boa Vista SP por causa de acidentes de trânsito vem crescendo dia após dia.

O contribuinte que paga seus impostos, dentre eles o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, merece chegar à sua residência e não encontrar um

buraco em sua ou na frente de sua casa, destruindo seu carro ou dificultando sua saída a pé.

Considerando o grande número de buracos nas ruas do Município de São João da Boa Vista SP, diante de tanto desconforto e prejuízos para os municípios, o presente projeto de lei visa sanar a omissão do Poder Público.

A população sanjoanense vive um drama diariamente, quando tem de percorrer as ruas e ultrapassar incontáveis buracos, como numa corrida de obstáculos.

A presente propositura visa conceder desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e Imposto sobre serviços de qualquer natureza - IPTU e ISS, aos municípios que tiverem buracos na via em frente de sua residência.

O proprietário informará a Prefeitura através do SAC, enviando fotos do buraco em frente a sua residência, e aguardará o prazo de 60 dias para a Prefeitura arrumar. Se dentro do prazo não for elucidado o problema, o município receberá desconto de IPTU e ISS, se houver, para todos os proprietários em frente ao buraco. Esse desconto cessará quando o pavimento for reparado.

Esta propositura foi inspirada na sede de justiça, pois o município paga os seus tributos, mas não tem em troca uma cidade livre de buracos nas ruas.

A Lei Federal Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, estabeleceu o conceito de serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, e eficiência, entre outros¹. Esses conceitos são a partir daí obrigação das empresas contratadas pelo Poder Público, como as que prestam serviços à Prefeitura e ou a mesma prefeitura no reparo e manutenção das ruas e avenidas da cidade.

Do mesmo modo, constitui direito e obrigação dos usuários receber serviço adequado e contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais são prestados os serviços². Esses direitos são desrespeitados diariamente pela Prefeitura, que posteriormente pode sofrer as consequências e prejuízos causados pelas ações judiciais que frequentemente são vitoriosas contra a Fazenda Pública nessa questão.

Veja-se o caso relatado na Apelação 918.959-1, do antigo Primeiro Tribunal de Alçada.

Civil do Estado de São Paulo, em que um acidente de trânsito, provocado por buraco existente na pista ocasionou danos em veículos e acabou por condenar a Prefeitura de Marília a ressarcir os danos causados ao cidadão, (em anexo).

Em outras capitais do Brasil, como em Recife, a Municipalidade também foi condenada.

Veja-se esta matéria publicada na internet:

TAPA-BURACO

Prefeitura do Recife responde por danos causados por buracos na rua "27 de agosto de 2005, 16h38 Por José Manoel Torres Jr

Um remédio legal contra os prejuízos com pneus estourados e suspensão do carro danificada. O Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu que a prefeitura do Recife vai ter de indenizar os proprietários de veículos por danos causados por buracos nas ruas.

A decisão, da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco - formada pelos 15 desembargadores com mais tempo de carreira no TJ - obriga a prefeitura da capital a regulamentar o artigo 6º da Lei 16.356/97 (Conhecida como Lei "Tapa-buracos"), que instituiu a taxa de conservação e manutenção das vias públicas. O artigo assegura justamente o ressarcimento de danos, com direito à indenização para os motoristas que sofrerem prejuízos em seus veículos, causados pela má conservação das vias públicas.

A prefeitura do Recife terá o prazo de 90 dias - a partir da publicação do acórdão – para regulamentar o artigo, através de projeto de lei. A decisão da Corte Especial do TJ pernambucano se deu no Mandado de Injunção 117.292, ajuizado pela Abuv – Associação Brasileira de Usuários de Veículos. Foi estabelecida uma multa diária de R\$ 1 mil pelo descumprimento da decisão.

Mesmo sem a regulamentação do artigo 6º da Lei 16.356/96 já havia no Recife casos de ressarcimento de danos - pela via administrativa - aos motoristas que apresentavam reclamações na Emlurb - Empresa de Limpeza e Manutenção Urbana. Mas em número muito reduzido. De acordo com o diretor de manutenção urbana da EMLURB, Amaro João da Silva, "foram atendidas apenas nove solicitações deste tipo em 2005". Segundo ele, "com a regulamentação, a tendência é que aumente muito a demanda." É o efeito da Lei.³

A própria sociedade não tem ficado inerte ante a omissão o Poder Público. Em diversos lugares da rede mundial de computadores têm surgido matérias como está a seguir, ensinando o caminho das pedras aos cidadãos prejudicados:

"Saiba seus direitos: Buraco na rua pode gerar indenização.

A omissão do poder público na conservação de vias públicas pode resultar em indenização caso haja danos provocados por buracos. Quem se responsabiliza por um acidente como este? Segundo a lei, o poder público é responsável. (Foto postada na Internet)

A não conservação de via pública em razão da omissão ou descaso do poder público

gera muitos transtornos e pode até provocar prejuízos materiais e causar ferimentos. Quando

uma dessas situações acontece, o que fazer?

Para esclarecer as dúvidas da população sobre direitos do cidadão, deveres do poder público e acerca das garantias individuais e coletivas consagradas pela Constituição, a Assessoria Jurídica do Mandato do Deputado

Federal Geraldo Resende (PMDB-MS) inaugura a coluna SAIBA SEUS DIREITOS, trazendo um exemplo de acidente passível de indenização por omissão do poder público.

A foto mostra a gravidade de um acidente em que o motociclista foi tragado por um buraco em uma rua de Dourados. Com as chuvas, o buraco ficou coberto pela enxurrada, tirando a visibilidade do condutor, que acabou submerso até o pescoço. Além de danos materiais, houve lesões na vítima.

Quem repara os danos?

Quem sofrer acidente nas vias urbanas ou rodovias por causa de um buraco tem direito a ser ressarcido ou indenizado pelo responsável.

Por isso a vítima pode recorrer à Justiça. No caso do ajuizamento de um processo, são necessários alguns procedimentos:

1) Registrar boletim de ocorrência;

2) Reunir provas: fotos do buraco, do acidente e do veículo;

3) Conseguir testemunhas;

4) Realizar no mínimo três orçamentos do conserto do veículo;

5) Juntar recibos com gastos relativos à medicamento e atendimento médico (se for o caso) O dever da administração pública indenizar o cidadão decorre da constatação de que o Poder Público poderia e tinha o dever de agir, mas foi omissão, e dessa omissão resultou o dano.

O §3º, do artigo 1º, do Código de Trânsito Brasileiro, determina: "Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro."

O artigo 37, caput, da Constituição Federal determina: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: § 6º, do inciso XXII: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa." Dessa forma, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, em caso de omissão a responsabilidade da Administração Pública está assentada na ocorrência de dois pressupostos: a falta do serviço que incumbia ao ente público realizar e a culpa por não haver realizado, sendo assim, demonstrando por meio de prova documental que os danos causados foram provocados por buraco, tem o cidadão direito à indenização.

Vale lembrar que, se o buraco estava em área urbana, a ação deverá ser impetrada contra a prefeitura que é responsável pela conservação das vias urbanas.

No caso de rodovias públicas, a ação será contra o responsável, que poderá ser o governo estadual ou federal.

Já no caso das rodovias privatizadas, a ação deverá ser contra a concessionária."

Desse modo, o projeto propõe uma compensação de créditos tributários com os créditos criados a partir da demora no atendimento dos pedidos de conserto dos buracos.

Assim, o pequeno desconto seria um prejuízo muito menor para a Prefeitura do que o pagamento das indenizações acrescidas dos custos das ações judiciais.

Destarte, solicito aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei, por objetivar o interesse público geral e espero contar com o voto favorável dos nobres Pares à presente propositura."

Plenário Dr. Durval Nicolau, 19 de dezembro 2.022.



HELDNEIZ MUNIZ
VEREADOR – REDE